

**Projeto:** Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2021)

**Coordenação:** Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

## Ficha

1) Referência – SOUZA, Fabíola Amaral Tomé de. A institucionalização do atendimento aos menores – O SAM. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, Rio Grande, v. 12, n. 24, p. 61–92, 2020.

2) Resumo e Palavras-Chave – O presente artigo objetiva apresentar a arquitetura do Serviço de Assistência a Menores - SAM, criado em 1941 pelo governo federal para sistematizar, fiscalizar, regulamentar as verbas orçamentárias destinadas à Assistência Social e para ser um orientador técnico e pedagógico das instituições oficiais e privadas de atendimento ao chamado menor desvalido e delinquente. Era um órgão burocrático e técnico que atendia às reivindicações da sociedade e à política de controle social instituída no país. A partir de uma micro-análise de um corpus documental variado como: jornais, legislações, livro-denúncia e os documentos produzidos em uma Comissão Parlamentar de Inquérito, em 1956, criada para investigar denúncias a respeito do SAM, foi possível analisar suas estruturas administrativa e de trabalho, juntamente com a burocracia em torno do atendimento ao menor, durante o período da primeira experiência democrática, foi possível perceber os avanços e os problemas em relação ao atendimento aos menores.

Palavras-Chave: serviço de atendimento a menores; políticas públicas; controle social.

3) Objetivo do estudo – Apresentar a arquitetura do Serviço de Assistência a Menores - SAM, criado em 1941 pelo governo federal para sistematizar, fiscalizar, regulamentar as verbas orçamentárias destinadas à Assistência Social e para ser um orientador técnico e pedagógico das instituições oficiais e privadas de atendimento ao chamado menor desvalido e delinquente.

4) Tipo de pesquisa – Qualitativa.

5) Período da pesquisa – Não identificado.

6) Forma de coleta de dados – Micro-análise de um corpus documental variado como: jornais, legislações, livro-denúncia e os documentos produzidos em uma Comissão Parlamentar de Inquérito, em 1956, criada para investigar denúncias a respeito do SAM

7) Forma de análise dos dados produzidos / referencial teórico – Análise documental.

8) Resultados / dados produzidos – O artigo apresentou e analisou órgãos que foram criados dentro do executivo, a fim de facilitar a normatização, a formulação de políticas e o processo decisório nos diversos setores do governo em relação a assistência social de crianças e adolescentes. O SAM foi criado durante essa reestruturação do Estado e constituído dentro dessa lógica burocrata. Como tudo está inserido em um tempo e em um contexto, o SAM nasce como reflexo de uma sociedade em crescimento, com uma expansão de um capitalismo (tardio, segundo os pesquisadores do período) e com um alto índice de desigualdade social. A ideia de proteção à criança sempre esteve presente na sociedade brasileira, mas, com diversas nuances. No período estudado havia um pensamento higienista e de controle social, devido a isso o Estado foi conclamado a intervir. O SAM foi uma resposta do governo aos anseios da sociedade de “proteger” o menor, retirando-o das ruas da cidade e de garantir o desenvolvimento da nação incentivando o ensino técnico, o que resultaria em mão de obra. A organização administrativa do SAM apresentava muitos problemas, era um órgão dependente do MJNI, gerando uma falta de autonomia gerencial em diversos pontos relacionados ao atendimento ao menor. A desorganização do Serviço, que muito se dava pelo comportamento desviante de alguns de seus funcionários e pela centralização do MJNI, provocava problemas em relação à contratação de pessoal, em que se percebe as indicações políticas, por exemplo. O número de funcionários era grande, contudo, ineficiente, pois não havia qualidade técnica de muitos dos trabalhadores empregados naquele Serviço. Esse acúmulo de funcionários gerava um alto gasto com folha de pagamento. Havia, também, os problemas administrativos que produziam transações ilegítimas ou conluio em atividades ilícitas. Ações que desrespeitavam o bem público, perpassando por agentes privados e públicos. Isto posto, infere-se que vicissitudes, encontrada nas fontes, mas não analisadas nesse artigo, como violências física, sexual e psicológica com os menores internados nas unidades oficiais e nas outras, particulares e subordinadas ao serviço decorriam em grande parte de uma estrutura administrativa mal arquitetada.

9) Recomendações – A análise sobre o atendimento às crianças e aos adolescentes no período da experiência democrática é de suma importância para a compreensão das transformações pelas quais passava a sociedade brasileira e que o controle social sobre indivíduos em vulnerabilidade e risco social ou em conflito com a lei foram peças constituintes da sociedade atual. É um tema importante e que apresenta diversas linhas de discussões, cujo aprofundamento conduz o leitor a outros questionamentos ampliando o campo de investigação.

10) Observações e destaques –

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.